Dispõe sobre a vedação da aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de tv por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus (COVID-19), no estado do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a vedação da aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Ficam as concessionárias de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados vedadas de aplicar multa por quebra de fidelidade aos consumidores que solicitarem o cancelamento do contrato ou mudança de operadora para plano mais vantajoso, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus (COVID-19).

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável ao pagamento de multa, nos termos dos Arts. 56 e 57, do Código de Defesa do Consumidor, que deverá ser revertido ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-TO.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Cabe ressaltar, de início, que o Poder Legislativo Estadual tem competência constitucional para legislar, de forma comum e concorrente, sobre direito à saúde e ao consumidor, nos termos dos arts. 23, VI, 24, V, e art. 196 da Constituição Federal, in verbis:

*“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
V– produção e consumo;”*

Portanto, sob o enfoque da constitucionalidade, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice para tramitar nesta Casa de Leis.

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Tem-se notícia de que os casos mais graves foram detectados em Wuhan, na China e, logo, espalhou-se pelo Mundo. A Itália é o País onde foi, até o momento, registrado o maior número de casos e mortes. Ressalte-se que existem variedades do vírus capazes de causar pneumonia e doenças respiratórias agudas, conhecidas como Síndrome Respiratória Aguda e Severa (SARS).

Este Projeto de Lei tem por objetivo determinar que as concessionárias de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados fiquem vedadas de aplicar

multa por quebra de fidelidade aos consumidores que solicitarem o cancelamento do contrato, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus (COVID-19).

A catastrófica pandemia do coronavírus (COVID-19) trará sérias consequências econômicas aos países. Muitos trabalhadores terão seus rendimentos diminuídos em razão desse vírus avassalador, modificando as condições na época da celebração dos respectivos contratos ou mudança de operadora para plano mais vantajoso, já que muitos cidadãos sofrerão grandes perdas financeiras.

Assim, por se tratar de tema de grande relevância, que, é que apresento o presente Projeto de Lei e solicito a célere aprovação desta importante matéria.